



Faculdade de Direito da UFMG

PLANO DE ENSINO DE DISCIPLINA

Versão Curricular: 2022/2

Código e Nome da disciplina:

DIP 230 - Tópicos em Redes Sociais: Administração Pública Consensual

Tipo: ☐ Obrigatória ☒ Optativa

Carga horária: 30 horas-aula

Créditos: 02

Período: Vespertino

Pré-requisitos/conhecimentos prévios

Não se aplicam.

Ementa

Administração Pública Consensual

Unidades de Ensino

• **Unidade 1**

1. Consensualismo nas relações jurídico-administrativas. 1.1. Evolução da principiologia nas relações jurídico-administrativas. 1.2. Nova face da Administração Pública no século XXI.
2. Espaço de negociação na esfera estatal. 2.1. Consenso e legalidade. 2.2. Negociação e limites de atividade administrativa

• **Unidade 2**

Composição de conflitos na esfera pública. 1.1. Compreensão e evolução dos fundamentos da autocomposição dos conflitos na esfera pública. 1.2. Diversidade dos instrumentos de composição de conflitos.

Bibliografia básica

BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. Curso de Direito Administrativo. 38. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2025.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 38. ed. São Paulo: Editora Forense, 2025.



Faculdade de Direito da UFMG

Bibliografia complementar

- ALMEIDA, Fernando Dias Menezes de. Mecanismos de consenso no direito administrativo. In: Aragão, Alexandre Santos de; MARQUES NETO, Floriano de Azevedo (Coord.). Direito Administrativo e seus novos paradigmas. Belo Horizonte: Fórum, 2008.
- BATISTA, Nadia Cristina. Mediação e arbitragem: autocomposição de conflitos no âmbito da Administração Pública. Fórum de Contratação e Gestão Pública – FCGP, Belo Horizonte, ano 19, n. 220, p. 50-65, abr. 2020.
- BAPTISTA, Patrícia. Transformação do Direito Administrativo. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.
- CANETTI, Rafaela Coutinho. Acordo de Leniência. 2.ED.. Belo Horizonte: Fórum, 2019.
- CAVALIERI, Davi Valdetaro Gomes. Governança e compliance como vetores de condução de uma Nova Administração Pública. In: DAL POZZO, Augusto Neves; MARTINS, Ricardo Marcondes (Coord.). Aspectos controvertidos do compliance na Administração Pública. Belo Horizonte: Fórum, 2020. p. 77-92. ISBN 978-65-5518-044-2
- CUÉLLAR, Leila; MOREIRA, Egon Bockmann. Administração Pública e mediação: notas fundamentais. Revista de Direito Público da Economia – RDPE, Belo Horizonte, ano 16, n. 61, p. 119-145, jan./mar. 2018.
- GABARDO, Emerson. O princípio da supremacia do interesse público sobre o interesse privado como fundamento do Direito Administrativo Social. Revista de Investigações Constitucionais. Volume 4. N. 2. Maio/agosto 2017 (<https://revistas.ufpr.br/rinc/article/view/53437>).
- GALIL, João Victor Tavares. Espaço de negociação no cumprimento da função estatal. Revista Brasileira de Infraestrutura – RBINF, Belo Horizonte, ano 8, n. 16, p. 143-160, jul./dez. 2019.
- MOREIRA NETTO, Diogo de Figueiredo. Novas tendências da democracia: consenso e direito público na virada do século - o caso brasileiro. Revista Brasileira de Direito Público - RBDP, Belo Horizonte, ano 1, n. 3, p. 35-53, out./dez. 2003.
- OLIVEIRA, Gustavo Justino de; SCHWANKA, Cristiane. A administração consensual como a nova face da administração pública no século XXI: fundamentos dogmáticos, formas de expressão e instrumentos de ação. A&C Revista de Direito Administrativo & Constitucional, Belo Horizonte, ano 8, n. 32, p. 31-50, abr./jun.



Faculdade de Direito da UFMG

2008.

OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. A arbitragem nos contratos da Administração Pública e a Lei nº

13.129/2015: novos desafios. Revista Brasileira de Direito Público – RBDP, Belo Horizonte, ano 13, n. 51, p.

59-79, out./dez. 2015.

PIRES, Maria Coeli Simões. Transparência e responsabilidade na gestão pública. Revista do Tribunal de

Contas do Estado de Minas Gerais, v. 81, n. 4. Belo Horizonte: out/nov/dez, 2011, p. 60 -74.

SCHIRATO, Vitor Rhein. PALMA, Juliana Bonacorsi de. Consenso e legalidade: vinculação da atividade

administrativa consensual ao direito. Revista Eletrônica sobre a reforma do Estado (RERE), Salvador, Instituto

Brasileiro de Direito Público, nº 24, dezembro, janeiro, fevereiro, 2011

(<http://www.direitodoestado.com/revista/RERE-24-dezembro-janeiro-fevereiro-2011-VITOR-JULIANA.pdf>)

ZENKNER, Marcelo. Sistemas públicos de integridade: evolução e modernização da Administração Pública

brasileira. In: ZENKNER, Marcelo; CASTRO, Rodrigo Pironti Aguirre de (Coord.). Compliance no setor público.

Belo Horizonte: Fórum, 2020. p. 185-200. ISBN 978-85-450-0740-1